

A IDENTIDADE DO IMIGRANTE ALEMÃO: A LÍNGUA, ELEMENTO SIMBÓLICO DE IDENTIFICAÇÃO

THE IDENTITY OF THE IMMIGRANT: LANGUAGE, A SYMBOLICAL ELEMENT OF IDENTIFICATION

*Veiane GAELZER**

Resumo: Esta pesquisa tece considerações sobre a questão dos elementos de identificação dos imigrantes e seus descendentes. Uma forma de estudar a identidade é observar a relação do imigrante com a língua, a sua história e sua memória. A língua, à luz do materialismo histórico, assume materialidade e nela sentidos são constituídos, silenciados, e/ou excluídos a partir de condições de produção desses sentidos. Nosso trabalho está pautado nas concepções de língua e de sujeito de Pêcheux (1997).

Abstract: This research makes evaluations about the elements of identification between the immigrants and their descendants. A way of studying identity is by observing the relationship of the immigrants and their language, history and memory. The language, based on the historical materialism, assumes materiality and meanings are built, silenced and/or excluded on it, from production conditions of these meanings. Our work is based on Pêcheux's (1997) conceptions.

Palavras-chave: Língua; Elementos Identitários; Prática Discursiva.

Keywords: Language; Identity Elements; Discursive Practice.

Introdução

Ao tratarmos da questão do imigrante, podemos observar a relação dele com a língua, com sua história, sua memória e sua identidade. A identidade aqui se manifesta e se sustenta através da língua, fazendo sentido, e, ao mesmo tempo, aponta para a exterioridade que é constitutiva da língua. A identidade, não é estável, homogênea e acabada, está em constante movimento e é cheia de atravessamentos de discursos. Nesse sentido, no nosso trabalho,

* Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, Brasil. Contato: vejane@hotmail.com.

seguiremos a ideia de que as identidades sociais são construídas no/a partir do discurso, em particular. É a partir do discurso que construções imaginárias são constituídas e (re)produzidas. Para tanto, nosso interesse recai sobre as questões que envolvem o imaginário de identidade e os aspectos atrelados à língua nas práticas sociais e como essas questões são discursivizadas a partir da memória discursiva dos imigrantes alemães. Ao tratarmos do imaginário de identidade do imigrante alemão, temos que considerar que durante o regime do Estado Novo, qualquer língua estrangeira era proibida, tendo em vista a imposição jurídica da língua nacional e, nessa época, os imigrantes estavam proibidos de falar a sua língua materna. Contudo, a língua alemã, mesmo proibida, cumpre um papel essencial: o de objeto simbólico de identificação do grupo social dos imigrantes de origem alemã.

Neste trabalho, adotamos a concepção de língua, pautada na perspectiva marxista, cuja concepção aponta para a materialidade da língua a partir das práticas sociais. Segundo Pêcheux (1997), a língua é percebida na sua materialidade linguística sobre a qual processos discursivos são desenvolvidos e identificados. Daí, a cada prática discursiva entra em jogo relações de intersecção entre o linguístico e o discursivo, porque a materialidade linguística trabalha com o sujeito, com a língua e com a história. Assim, não podemos falar em língua, sem falar de sujeito e de história, porque há um entrelaçamento desses elementos para significar a construção imaginária de identidade. Para a Análise do Discurso, o funcionamento da língua não é apenas linguístico, mas dela participam os elementos das condições de produção do discurso, em que o sujeito se encontra, ao enunciar.

Portanto, a língua recebe um lugar especial, pois ela é o elemento de ligação dos imigrantes entre o país de origem, a sua cultura e o outro lugar, onde se estabelece um novo vínculo. É pela língua que os imigrantes guardam os seus saberes, a sua história e os seus bens simbólicos. Deste modo, este artigo pretende mostrar elementos identitários do sujeito imigrante alemão pelo viés da língua a partir das suas práticas sociais. O *corpus* discursivo constitui-se de recortes de falas de imigrantes e descendentes de imigrantes alemães que se instalaram no Estado do Rio Grande do Sul. Esses recortes de falas fazem parte de uma série de entrevistas que se constituem de

relatos gravados², referentes à infância dos imigrantes e o modo de vida nas suas comunidades. Trata-se de uma observação da materialidade linguístico-discursiva em suas condições de produção histórica, atreladas a diferentes posições-sujeito, conforme os saberes inerentes às Formações Discursivas. A fim de podermos aprofundar questões centrais que se reportam aos modos de subjetivação dos imigrantes alemães do Estado do Rio Grande do Sul, tomaremos a Formação Discursiva de Imigrantes Alemães (FDIA) e para contrapor a esses saberes, temos a Formação Discursiva antagônica, a Formação Discursiva do Governo Vargas (FDGV), que se contrapõe aos saberes da FDIA e aos elementos de identificação desse grupo, buscando uma construção de imaginário do cidadão brasileiro. Observamos, assim, que é nas práticas sociais que os imigrantes constroem sua identidade e mantêm presente elementos culturais trazidos de seus antepassados e, ao mesmo tempo, constrói-se um espaço de antagonismo entre os saberes da FDIA e os saberes da FDGV, que procura estabelecer uma construção de imaginário de brasileiro e apagar elementos de identificação do imigrante alemão. Para elucidar essas questões antagônicas, traremos recortes de falas de imigrantes. Esses recortes nos permitem analisar e verificar efeitos de memória que a fala dos imigrantes produzem nos seus discursos, podendo ser esses efeitos de memória: uma lembrança, uma transformação, um esquecimento, uma ruptura e/ou negação do já-dito. Dessa forma, com base na análise discursiva do *corpus*, constitui-se o lugar e os elementos da identidade imaginária do imigrante. Neste cenário de identificação, a língua, como objeto simbólico, faz parte de um entrelaçamento de estruturas culturais e sociais nos modos como os processos de subjetivação se produzem. Dessa perspectiva, percebemos a importância da língua nos processos de identificação que marcam esses sujeitos na construção de sua identidade.

² Cabe destacarmos que o critério usado para as entrevistas era o domínio da língua Alemã. Outro elemento pertinente a ser destacado é o fato de alguns terem se recusado a falar sobre a infância e a ligação com a língua Alemã, a exemplo: “eu não tenho nada a ver com essa época. Eu e meus filhos não falamos alemão. Meus filhos todos sabem falar inglês. Nossa família não quer mais falar sobre essa época, isso ficou no passado”.

Língua, Sujeito e Identidade

Para Pêcheux (1997), a língua é vista a partir da sua materialidade e significa a partir dos processos ideológicos nos quais os sujeitos estão inseridos e os indivíduos tornam-se sujeitos pela submissão à língua e à inscrição na história. Deste modo, para o autor não há sujeito nem sentido sem o assujeitamento à língua. Não se pode dizer senão afetado pelo simbólico. Isso significa que quando nascemos e aprendemos a falar, o fazemos a partir de uma determinada Formação Discursiva na qual nos reconhecemos. De acordo com o autor, as Formações Discursivas (FDs) propagam saberes, em que efeitos de sentido são valorizados e naturalizados, como se fossem “evidentes”. Isso porque as palavras não têm um único sentido, antes “seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva” (PÊCHEUX, 1997, p. 160). Assim, nos submetemos à língua, nos assujeitamos a ela e subjetivamos-nos a partir de determinados discursos, inscritos em determinada FD. Portanto, Pêcheux (id.) ao dizer que o sujeito se submete à língua, na história, e ao simbólico para significar, está se referindo à materialidade do simbólico, a partir da ordem da língua e da história, isto é, em sua articulação e em seu funcionamento, que constitui a ordem do discurso. Isso porque ao falar, o sujeito o faz a partir de determinadas condições de produção do discurso. Nesse viés, precisamos considerar a língua, o sujeito e a história para refletirmos sobre a construção imaginária de identidade. Dessa forma, o autor supõe a relação do sujeito com aquilo que o representa e nos propõe uma reflexão sobre a linguagem e sua exterioridade constitutiva. Isso significa que as formas de subjetivação dos sujeitos se dão pela dimensão histórica e ideológica, dado que o sujeito não é detentor e origem do seu discurso, mas é atravessado e constituído, posicionando-se a partir de redes discursivas.

Ao olharmos para o sujeito-imigrante pelo viés da teoria materialista, temos o sujeito ideológico, que não pode ser considerado como acabado e a origem da subjetividade não está no sujeito. Dessa perspectiva, a identidade é construída, a partir do fato de que a ideologia interpela os indivíduos sem que eles percebam essa interpelação. Pêcheux (1997) ao afirmar que a ideologia interpela os

indivíduos em sujeitos ideológicos, coloca a questão de que os indivíduos são “transformados” em sujeitos ideológicos. Aqui, Pêcheux (*id.*) retoma a teoria do assujeitamento de Althusser (1985) em que o “indivíduo é interpelado em sujeito [livre] para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto [livremente] sua submissão” (PÊCHEUX, 1997, p. 133). A partir desse viés, o sujeito tem a ilusão de ser livre e autônomo, no entanto, ele é interpelado e essa interpelação faz com que ele tenha uma identificação dentro das condições ideológicas em que se encontra e se reconhece como sujeito social e histórico.

Diante dessa abordagem materialista da língua, Pêcheux (1997, p. 90) escreve: “o fato de que as classes não sejam ‘indiferentes’ à língua se traduz pelo fato de que *todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes*” [grifo do autor], e aponta que a língua não é objetiva e neutra, que ela submete os sujeitos às relações de poder e de lutas de classe, a língua como um encontro do jogo do poder. Assim, os sentidos não são dados pelos signos linguísticos, mas inscritos numa ordem sócio-histórica e determinados a partir de um lugar social que remete a determinados saberes de uma Formação Discursiva.

Para Pêcheux (1997, p. 160), formações discursivas podem ser entendidas como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” [grifo do autor]. Se considerarmos que entram em uma Formação Discursiva os saberes constituídos a partir de uma conjuntura dada, então ao nos debruçarmos sobre a construção da identidade de imigrantes alemães, percebemos que o reconhecimento do sujeito imigrante e seus descendentes acontece a partir do funcionamento das representações nos processos discursivos, trazidos por aqueles imigrantes vindos da Alemanha, cujos saberes e hábitos reproduziam a forma de viver na Alemanha, claro, adaptados conforme as condições climáticas da nova *Heimat*³, o Brasil. Contudo, esse sujeito interpelado se reconhece como

³ *Heimat* deriva de *Heim*, que significa casa, neste sentido, a palavra *Heimat* traduzida para o português significa terra natal, mas diríamos que essa palavra abarca vários elementos que envolvem sentimento de pertencimento, como se a nação fosse um lar, isto é, trata-se de ser parte integrante de um espaço e sentir-se em casa sem ser apontado como estrangeiro.

espontâneo e constituído a partir dele mesmo, sem interferências exteriores.

Para refletirmos sobre essas questões, traremos um recorte de uma imigrante alemã. Esse recorte retrata o reconhecimento e o pertencimento do sujeito a um grupo por um sentimento ligado à língua. Esse reconhecimento e sentimento de pertencimento pelo viés da língua retratam os saberes da FDIA. A língua Alemã traz consigo elementos sentimentais que não podem ser significados na língua do outro, a língua Portuguesa. Trata-se de uma imigrante que chegou ao Brasil com seus pais e dois irmãos mais velhos no início do século XX. Ao sair da Alemanha, ela tinha três anos e não se lembra do país e nem da viagem, apenas tem lembranças da sua infância aqui no Brasil. Seus pais deixaram a Alemanha por buscar uma vida melhor para seus filhos. Sabemos que, no século XIX, as províncias de onde procediam os imigrantes, achavam-se superpovoadas e as terras não ofereciam perspectivas para esses colonos, e a industrialização, considerada próspera, não seria capaz de absorver todos os colonos empobrecidos diante das guerras. Na época, o Brasil apresentava-se como uma solução para o território que a Alemanha⁴ não oferecia para todos os colonos. Nesse cenário, a vinda de pequenos agricultores para o Brasil, representava uma solução para os imigrantes esperançosos de uma nova vida e, ao mesmo tempo, para o país, que precisava proteger suas fronteiras, ainda desocupadas. Segundo a senhora:

R1: É muito diferente ler a Bíblia em alemão que foi trazida com muito cuidado pelos meus antepassados, do que ter que soletrar a mesma leitura, onde o significado não é bem entendido. Em alemão parece que cada palavra tem um significado especial.

⁴ Vale ressaltar, conforme Müller (1981, p. 45), que a “Alemanha não existia como unidade nacional. Havia reinados, principados, ducados, independentes entre si. A língua identificava e unificava todos e aí pode-se falar em Alemanha. Lutero ao traduzir a bíblia criou uma língua oficial que propiciasse a leitura da bíblia a todos, até então havia diversos dialetos. Ao uniformizar a língua, havia um elo comum entre todos os departamentos políticos vindos da Idade Média. Neste sentido, ao falarmos em imigrantes da Alemanha, antes de 1871, ano da unificação formalizada por Bismark, referimo-nos às pessoas de fala alemã. Os passaportes da época registram a origem das pessoas como sendo da Prússia, de Schleswig-Holstein, Renânia, Hesse ou Pomerânia. Como todos falavam a mesma língua, a História apenas registra “alemães”.

A fala do R1 ilustra que a língua está ligada a um sentimento de afetividade, a um elo que não pode ser expresso da mesma maneira na língua do outro, “*é muito diferente ler a Bíblia em alemão que foi trazida com muito cuidado pelos meus antepassados*”, a língua significa de modo diferente, porque ela traz consigo a trajetória de vida dessas pessoas. É por isso que ao se expressar em alemão, afloram na memória de cada um, sentimentos, vivências, “*em alemão parece que cada palavra tem um significado especial*”, que não podem ser ditas na língua do outro, como ela afirma: “*soletrar a mesma leitura, onde o significado não é bem entendido*”. Portanto, percebemos que existe uma interpelação pela FDIA que evidencia a plena identificação do sujeito da enunciação com o Sujeito Universal desta FD. Na fala apresentada no R1, reproduzem-se os saberes dos imigrantes alemães que se instalaram em uma nova *Heimat*, o Brasil, que passam pela identificação com a língua e outros elementos, como a religião, trazidos de seu país de origem, Alemanha, e esses saberes os interpelam em sujeitos. Segundo Kleine (1964, p.25), “a língua é muito mais que um instrumento de comunicação entre as pessoas, nela brotam e perpetuam, por vários séculos, formas evoluídas de viver e sua essência significa sempre uma essência de substância religiosa e de espírito⁵”. Podemos refletir sobre as palavras do autor, ao considerar a afirmação no R1, “*é muito diferente ler a Bíblia em alemão*”. Aqui, o próprio sujeito imigrante reconhece sua identificação com a língua Alemã e não com a língua Portuguesa. A língua Portuguesa é vista como uma língua imposta juridicamente e não há relação afetiva com ela, antes um contraste e um confronto. O *diferente* nessa afirmação remete aos elementos simbólicos aos quais a língua está atrelada e aos elementos constitutivos desses sujeitos. Portanto, a interpelação do indivíduo em sujeito relaciona-se com o imaginário produzido na história e sua constituição, como sujeito, estrutura-se a partir de sua relação com o simbólico. Nesse processo de interpelação, funcionam dois esquecimentos, conforme Pêcheux (1997), determinados como esquecimento n° 1 e o esquecimento n° 2. Para o autor, o esquecimento n°1 é o lugar do inacessível ao sujeito por ser de natureza do

⁵Die Sprache ist eben mehr als nur ein Verständigungsmittel unter den Menschen; in ihr wirken und weben durch Jahrtausende gewachsene Lebensformen mit, und ihr Verlust bedeutet immer einen Verlust an seelischer und geistiger Substanz [a tradução é nossa].

inconsciente. Esse esquecimento, segundo o autor, é de ordem ideológica e inconsciente. Nesse caso, o sujeito tem a ilusão de que ele faz as suas próprias escolhas, como se fosse senhor de si. O outro, o esquecimento n°2, se dá devido ao fato de que o sujeito tem a ilusão de se reconhecer como fonte de seus sentidos e sujeito do seu próprio discurso, podendo fazer escolhas do que pode dizer. No entanto, o sujeito não é a origem do seu dizer e não tem controle total sobre os efeitos de sentido que o seu dizer provoca. Para Pêcheux (1997, p.177), “o efeito da forma-sujeito do discurso é, pois, sobretudo, o de mascarar o objeto daquilo que nós chamamos o esquecimento n°1, pelo viés do funcionamento do esquecimento n°2”. Os dois esquecimentos corroboram para a ilusão discursiva do sujeito.

Para continuarmos nossa reflexão sobre o funcionamento da identidade pelo viés da língua, traremos outro recorte de uma imigrante que vive na cidade de Santa Rosa, localizada no interior do Estado do Rio Grande do Sul. Ela veio para o Brasil com quatro anos de idade, por volta do final do século XIX, junto com sua família: o pai, a mãe e sua irmã mais velha. Seu pai veio para o Brasil para trabalhar como pastor em uma comunidade Evangélica Luterana do Brasil e sua função de pastor era atender todas as comunidades do Distrito 14 de Julho, na região Noroeste, hoje Santa Rosa. Na época, chamava-se Distrito de 14 de Julho do município de Santo Ângelo. O recorte traz um relato sobre as práticas de violência simbólica, as quais os imigrantes estavam submetidos, durante o período do Governo Vargas, que proibiu a fala de línguas estrangeiras em qualquer espaço, seja público ou privado. Segundo a senhora:

R2: Meu pai foi obrigado a trazer todos os seus livros para a delegacia de Tuparendi, sacos cheios de livros. Assim, eram bons livros, tão bonitos... Meu pai era pastor, ele nem era político. Ele não tinha nada a ver com a política. Ele possuía em casa livros porque ele era pastor, mas estavam em alemão. Ele precisou levá-los a Tuparendi. Eles os jogaram num monte na frente da delegacia e queimaram tudo⁶.

⁶ *Na ja, mein Vater mußte seine ganze Bücher nach Tuparendi nehmen – auf die Delegacia – Säcke voll. So gute Bücher, so schöner... Mein Vater war ja Pfarrer, er war ja garnicht politisch. Er hatte garnicht mit politik zu tun. Es waren Bücher für*

Pela fala da imigrante do R2, tomamos conhecimento sobre fatos ocorridos com bens de famílias de imigrantes alemães, como com os livros, e estes acontecimentos são as práticas políticas de repressão da política nacionalista do governo varguista, cujo objetivo era manter sob vigilância os comportamentos dos imigrantes e manter a ordem nacional. Nesse sentido, os imigrantes eram proibidos, além de falar em alemão, manter em suas residências qualquer material que estivesse publicado nessa língua⁷, mesmo que fossem livros de pregação religiosa. Pela afirmação da imigrante, “*meu pai era pastor, ele nem era político*”, podemos perceber que o objetivo do governo estava claro para os imigrantes, pois eles sabiam que estavam sendo controlados e vigiados, e o governo tentava mantê-los afastados da política. Ela reforça isso, ao dizer que os livros “*não tinham nenhuma relação com a política*”. Esta é uma resposta à prática política nacionalista do governo varguista e ela procura refutar a ideia de que eles eram uma ameaça política à nação. Esta fala, “*eram livros assim tão bons, tão bonitos... Eles jogaram num monte na frente da delegacia e queimaram tudo*”, ilustra uma denúncia da repressão por eles vivida na época e demonstra o que o governo procurou fazer com a identidade dos imigrantes. Desse modo, neste recorte, ecoam os saberes da FDGV: os imigrantes alemães são um perigo ao país e precisam ser anulados e ter a sua cultura e sua identidade substituída. Não podemos ser ingênuos e esquecer o panorama histórico-político mundial, relacionados ao nacional-socialismo da Alemanha das décadas de 1930 e 1940 e esse panorama despertava o receio de que os imigrantes e seus descendentes pudessem se organizar e rebelar contra o governo brasileiro. Sabemos que havia entre os imigrantes alemães aqueles que apoiavam as ideias do governo nacional-socialista. Não é nossa pretensão desenvolver essa abordagem nas nossas reflexões, nem amenizar os fatos. Antes postular que esses acontecimentos corroboram para o encaminhamento das práticas políticas adotadas

Pfarrer, aber es war auf Deutsch. Er mußte alles nach Tuparendi bringen. Sie haben es aufeinander geworfen vor die Delegacia und alles verbrannt.

⁷Estamos nos referindo ao Decreto-lei nº1.545, expedido em 25 de agosto de 1939, cujo conteúdo faz menção à regulamentação da língua Portuguesa como língua nacional e institui a proibição de qualquer língua estrangeira, tanto em esfera pública como privada. A partir deste decreto são adotadas algumas medidas que buscam a “*adaptação*” dos imigrantes e seus descendentes.

pelo governo, mas, ao mesmo tempo, o cenário político mundial não justifica as práticas políticas do governo varguista. Para esse governo, o fato não era apenas ser imigrante, isto não era exatamente um problema, desde que o sujeito se assumisse como brasileiro e negasse qualquer laço com a sua história e a sua identidade. Sabemos que o governo varguista não estava apenas preocupado com a construção da identidade do povo brasileiro, a questão era política e a expressão “*alles verbrandt*” (queimaram tudo), ilustra as tentativas das práticas do governo em anulá-los política e culturalmente. Para os imigrantes, “*alles*” (tudo), que estava em língua Alemã, representa um elo com a sua cultura e procuravam preservá-la. Portanto, ao queimar os livros está subentendido a destruição simbólica desses imigrantes, determinando-lhes outros livros, outras leituras e outra relação de pertencimento. Sabemos que a política de Getúlio Vargas propagava o discurso de que os imigrantes eram um perigo à nação, muito mais quando se estendia a assuntos políticos, por isso, o governo mantinha um olhar cuidadoso e vigilante sobre eles. Assim, a política desse governo implica legitimar algumas práticas e expurgar outras que ameaçam seu projeto político, para tanto, o governo cria um discurso de um país miscigenado, unido por uma única língua. A partir dessa política, desenvolvem-se algumas práticas e discursos que determinam comportamentos e lugares sociais. Segundo Zandwais (2007), nesse cenário de imaginário de brasilidade, exclui-se o sujeito imigrante e constrói-se um olhar sobre ele, determinando-o socialmente e buscando apagar sua identidade, sua memória e sua história.

Para dar continuidade à nossa reflexão sobre as questões identitárias dos imigrantes, trataremos outro recorte. Trata-se da fala de um descendente de imigrantes. Seus pais chegaram ao Brasil no final do século XIX e se estabeleceram nas terras oferecidas no Noroeste do Estado. Estas terras foram colonizadas por imigrantes que chegaram mais tarde ao Brasil, as terras perto do centro, como São Leopoldo, Novo Hamburgo e Porto Alegre, foram mais visadas e logo colonizadas; aqueles que chegaram mais tarde, por questões de sobrevivência, precisaram se afastar e ocupar as terras menos disputadas. Apesar de se deslocarem e formar outras comunidades, longe do centro da imigração, os imigrantes e seus descendentes constituíam as suas *Gemeinde* (comunidades) e procuraram se manter unidos para sobreviverem e manterem seus laços identitários:

R3: Em casa, mesmo proibido, o pessoal falava em alemão, não sabíamos outra língua. Meus pais faleceram sem aprender o português. Era proibido os cultos em alemão, em português não, mas ninguém fazia em português, não tinha pastor na época.

Para entendermos esse R3, precisamos voltar novamente aos acontecimentos históricos e os processos ideológicos, como nos propõe Pêcheux (1997). Se olharmos apenas a partir de uma leitura literal das palavras do descendente de imigrantes, podemos fazer uma leitura parcial, porque as palavras fora das condições de produção social não dão conta dos efeitos de sentido, precisamos considerar a língua em funcionamento e o sujeito na história para significar. Nessa perspectiva, esse descendente de imigrantes ao afirmar que falava a língua Alemã, mesmo proibido está se referindo ao momento histórico do Governo de Getúlio Vargas que proíbe a fala de qualquer língua estrangeira e qualquer manifestação religiosa ou cultural que não fosse realizada na língua Portuguesa. Por meio do Decreto-lei 1.545, expedido em 25 de agosto de 1939, o governo Vargas regulamenta a proibição de qualquer língua estrangeira e institui a língua Portuguesa como a nossa língua nacional oficial.

Diante desse cenário, nos perguntamos como ficou a identidade do sujeito imigrante, se conforme Pêcheux (id.), a subjetivação passa pela língua? Fica claro que a língua nacional não lhes trazia nenhuma significação afetiva, porque o processo de subjetivação desses sujeitos não passava pela língua Portuguesa, porque esses imigrantes falavam somente a língua Alemã. Podemos entender isso quando ele se refere ao fato de que os cultos na língua Alemã eram proibidos, mas permitidos e obrigatórios em português, e sobre isso declara: *“em português não, mas ninguém fazia em português, não tinha pastor na época”*. Isso significa que essa era a língua do outro e não lhes fazia sentido. Portanto, podemos perceber, pela fala do imigrante, que a língua proibida era a sua língua materna e esta tem função simbólica crucial na constituição dos sujeitos que saíram da Alemanha, porque a língua se encontra imbuída de valores e sentimentos identitários que os unem. Diante dessa identificação pela língua, a fala do R3 nos mostra, que, mesmo proibida, a língua materna continuava existindo, porque eles precisavam dela para ser, pois não

sabiam ser de outro modo, essa era a língua que os constituía. Disso depreendemos que a subjetividade se dá na e pela língua e podemos observar isso no R3: “*o pessoal falava em alemão, não sabíamos outra língua. Meus pais faleceram sem saber falar português*”. Desse modo, podemos dizer que os sujeitos, mesmo coibidos, mantinham a sua identidade atrelada à língua dentro de um convívio social restrito sob forte vigilância, fazendo com que os próprios imigrantes se vigiassem para não serem “pegos falando alemão”, ou seja, a língua proibida. Temos aqui a interdição do sujeito pela língua, resultado das práticas políticas do governo varguista. Sendo assim, os laços sociais dos imigrantes se estendiam basicamente aos seus familiares e conhecidos que dominavam a língua Alemã e a língua “do outro”, o português era a língua imposta juridicamente. Para as pessoas de mais idade, a língua Portuguesa era muito difícil, ou até mesmo não queriam aprendê-la. Neste viés, poderíamos colocar outra questão: talvez, ao não falar a língua do outro, eles não queriam se inserir na cultura do outro, ser “fiéis” à sua cultura e a seus elementos identitários, porque sabiam que seus elementos identitários passavam pela língua e no momento em que esta é substituída, logo, são substituídos os elementos identitários por outros. Portanto, o recorte nos remete aos saberes do interdiscurso da FDIA. Ao fato de que os alemães, como gesto de fidelidade, continuam falando a sua língua dentro das suas comunidades.

É pertinente considerar que os imigrantes organizavam suas comunidades para que nela encontrassem as condições básicas para suas vidas: escola e igreja. Para isso, algumas famílias doavam um pedaço de terra para poderem fundar a comunidade da igreja, *Kirchengemeinde* (comunidades religiosas) e, então, providenciavam o que era necessário para o funcionamento da igreja. A *Kirchengemeinde* pertencia a todos os moradores da comunidade e estes eram responsáveis pelas questões do bom funcionamento. Entre essas questões: a responsabilidade de eleger os diretores que providenciavam um pastor que pudesse conduzir o trabalho religioso. Muitos pastores da Alemanha recebiam incentivos para trabalhar no Brasil. Como o pastor era alguém com estudo, muitas vezes, o próprio pastor era o professor nas comunidades, conforme a imigrante comenta sobre seu pai no próximo recorte. Ela veio ao Brasil com dois anos de idade junto com seus pais e sua irmã mais nova. Eles chegaram ao Brasil no início do século XX. Na comunidade, seu pai além de exercer a função

de pastor, assumiu o papel de professor por seus conhecimentos e pelo domínio da língua alemã gramatical, a qual ensinava para seus alunos, os filhos de colonos alemães. Embora ela também tenha passado pelo período intransigente da proibição da língua Alemã, o amor e a identificação com a língua fez com que esse período não a apagasse de sua vida, sobrevivendo até os dias atuais.

R4: Meu pai também dava aulas para as crianças, ele sabia falar bem a língua, a gramática e essas coisas, então ele também trabalhou na escola, ele ensinava em alemão e em português. Ele já sabia o brasileiro(a língua Portuguesa), ele já tinha aprendido um pouco na Alemanha e quando nós chegamos aqui, ele já sabia um pouco e mais tarde ele aprendeu ainda mais aqui. Ele gostava de fazer isso, dar aula para as crianças ⁸.

A senhora nos relata que seu pai também era responsável pelo ensino da língua Alemã e da língua Portuguesa na escola e que ele gostava de dar aulas. Portanto, seu pai além de pastor, também era professor, responsável pela educação dos filhos de agricultores, já que eles não tinham o respaldo das escolas públicas. Segundo Kipper (1999, p. 19), a dedicação dos agricultores à educação é visível, “os colonos eram todos alfabetizados e faziam questão de garantir a instrução de seus filhos. Como o governo provincial não providenciava escolas, estas tiveram de ser criadas e mantidas pelos colonos”. Percebemos que a educação era tratada com relevância, prova disso, é que os colonos se organizavam e fundavam as *Gemeideschule* (escolas comunitárias) para seus filhos. Com o convívio comunitário e familiar, pautado no auxílio da escola com uma educação voltada para a vida comunitária, eles puderam transmitir seus valores de geração para geração, conseguindo reproduzir um modo de vida muito semelhante àquele que havia em seu país de origem. É claro que muitas questões foram ressignificadas, alguns valores, tradições, na sua nova *Heimat*,

⁸*Mein Vater hat auch Unterricht gegeben für die Kinder, er konnte gut die Sprache, Gramatik und sowas, dann hat er auch in der Schule gearbeitet. Er unterrichtet auf Deutsch und brasilianisch. Er konnte auch brasilianisch, er hat etwas schon in Deutschland gelernt und als wir hier ankamen, konnte er schon etwas und später hat er hier noch mehr gelernt. Er hat es gern gemacht, Schule für die Kinder geben [a tradução é nossa].*

foram adaptados, mas a língua permanecia. Desse modo, a língua Alemã, como objeto simbólico e mediador de todas as relações na comunidade, foi fundamental para a socialização e permitiu perpetuar o cultivo de valores e hábitos dos imigrantes para seus descendentes, sedimentando a identidade cultural alemã nas comunidades do Rio Grande do Sul. Dessa forma, a língua se faz presente nos três segmentos da sociedade: na família, na igreja e na escola. Esse conjunto de elementos, que abrange hábitos, condutas, ideias e crenças, está permeado pelo uso da língua e o uso desta também depende destes elementos para sobreviver. A língua, então, pode ser considerada como um elemento simbólico de identidade alemã que permite uma integração social e cultural entre as pessoas. Azambuja (2002, p.44) ao se referir à língua Alemã, escreve “a língua está ainda muito utilizada entre os descendentes de forma espontânea, numa linguagem que serve mais do que se comunicarem, tem um profundo sentido de comungarem entre si de uma identidade que os une”.

Para Mariani⁹ (2007, p. 12), “a língua como objeto simbólico de uma nação faz parte de um intrincado entrelaçamento de estruturas sociais e culturais nas quais circulam memórias e imagens que afetam o modo como a história dessa nação é contada e também o modo como os processos de subjetivação ocorrem”. Ao considerarmos as palavras da autora, percebemos a importância da língua na construção da identidade de uma nação e os processos de identificação que marcam os sujeitos. É pela preservação da língua que se cultivam as memórias, a cultura e o sentimento de pertencimento de um povo. Como já abordado nesse artigo, os imigrantes que vieram para o Brasil, não tinham a intenção de negar ou apagar sua identidade, pois o imigrante já tinha se constituído como sujeito, inscrito numa ordem simbólica e histórica, que construía a sua identidade e esta não foi deixada para trás. Portanto, eles faziam questão de preservar a sua identidade através da identificação e preservação da sua língua materna e é pela relação do imigrante com a sua língua, sua história e seus costumes que ele constrói sua identidade.

Dessa forma, os imigrantes alemães na construção da sua nova *Heimat* preservaram o elemento essencial para a continuação da

⁹ A citação dessa autora encontra-se no prefácio feito para o livro de Araújo, Anne Francialy da Costa. *Língua e identidade: reflexões discursivas a partir do diretório dos índios*. Maceió: EDUFAL, 2007.

existência dos seus elementos identitários: a língua Alemã. Como eles mesmos reconhecem, um dos motivos de união entre eles era a questão da preservação da língua e de sua cultura, por isso se dedicavam à construção e ao funcionamento de escolas. A escola como símbolo de preservação da identidade cultural, primeiramente, porque dava continuidade à língua alemã; em segundo, porque a escola traduzia em ações o espírito da comunidade que unia essas pessoas, as escolas intituladas como *Schulgemeide*¹⁰. Nelas, as crianças dos colonos alemães tinham seus ensinamentos escolares, portanto, um meio eficaz de divulgar a cultura, cultivar a língua e preservar as raízes identitárias. A comunidade era responsável por todo funcionamento da escola e juntos assumiam o compromisso de eleger a diretoria e esta de contratar um professor. O professor, figura importante e respeitada na comunidade, recebia, para usufruir, uma área de terra para que pudesse plantar. No decorrer das atividades, faziam-lhe a fiscalização. Por meio das *Schulgemeinde*, os filhos de agricultores alemães recebiam instrução formal, e se estas escolas não existissem, provavelmente, as primeiras gerações de imigrantes teriam ficado sem escola, porque não receberam apoio dos municípios ou do Estado. Na escola, procurava-se ensinar tudo que pudesse contribuir para que os filhos dos agricultores alemães continuassem nas atividades da propriedade. Também na escola, disseminava-se a ideia da vida comunal e ensinavam-se às crianças a se compreenderem mutuamente e a se engajarem em objetivos comuns, levando-as ao trabalho comunitário.

Rambo (2003) chama atenção para o fato de que os imigrantes praticamente reproduziam seu modo de viver da antiga *Heimat*:

¹⁰*Schulgemeinde* é uma expressão utilizada pelos alemães no Brasil e significa escola comunitária. Esta era utilizada para designar as escolas fundadas pelos imigrantes alemães no início da colonização da região sul do país, eles a chamavam assim, porque constituíam as escolas na comunidade a partir da construção da escola em grupo e a própria manutenção dela, o professor era contratado por conta da comunidade, até mesmo o lugar em que a escola era construída, era cedido por um membro da comunidade. Essas escolas eram construídas porque as crianças não tinham onde freqüentar as aulas, existiu, na época, um “certo abandono” do poder público para com os imigrantes e seus filhos. Diante desse cenário de abandono e precariedade, os agricultores se viram obrigados a providenciar escolas para seus filhos. Daí, a construção das *Schulgemeinde*.

Em tais circunstâncias, o exercício da cidadania não ia além de algumas formalidades burocráticas. Registravam-se os nascimentos, os óbitos, os casamentos. Regularizavam-se os títulos de propriedade e providenciavam-se os inventários e talvez alguma coisa a mais. De resto sua vida diária, do colono, sua maneira de ser, seu convívio social permanecia muito próximo da origem. Parecia que nada mais acontecera do que um transplante da Europa para o espaço físico e geográfico no Sul do Brasil (p.78).

Para o autor, alguns fatores favoreceram a preservação da identidade alemã na região sul, como ele afirma: “*o transplante da Europa para o Sul do Brasil*”. Uma das questões mais significativas é a ausência do apoio público na vida cotidiana dos colonos, de modo que eles tinham a possibilidade de trazer seus costumes para a sua vida diária, sem interferência de ninguém. Dessa maneira, ficou mais fácil preservar as raízes identitárias da *Heimat*. A preservação dessas raízes identitárias também está relacionada com os objetivos da colonização: ocupação das terras de fronteiras. Distantes dos grandes centros, sem infraestrutura e em pequenas propriedades, os colonos estavam à margem da sociedade e não participavam dos benefícios que o sistema podia lhes oferecer. A atividade de subsistência não lhes permitia a possibilidade de se dedicar a atividades produtivas rentáveis. Desse modo, restava-lhes manter atividades de subsistência e se unir para providenciar o que era de responsabilidade do Estado. Neste cenário, os imigrantes construíram as suas pequenas comunidades e nelas constituíram a sua identidade, uma vez que trouxeram consigo uma bagagem cultural e elementos identitários que não se apagam de uma hora para outra. Sobre a questão identitária Lando e Barros (1976) afirmam que:

Não se deve entender por indivíduo uma unidade física, mas sim alguém que traz consigo toda bagagem cultural, social, e experiências de formas de produção diferentes, enfim, uma sociedade determinada [...] o imigrante vê-se forçado a deixar a sociedade de origem em vista de algum tipo de inadequação, por outro lado, ele não consegue se desvencilhar de concepções e relações sociais pertinentes ao tipo de sociedade que realmente operou na formação de sua identidade (p. 60).

A citação acima nos leva a refletir sobre a bagagem cultural que está agregada à formação dos imigrantes e que está presente na construção da nova comunidade no país escolhido. Esta formação identitária está intimamente ligada ao sujeito e aflora no seu cotidiano. Deste modo, o sujeito traz consigo toda gama de aprendizagens que o constituem e o identificam. Entre esses elementos que os imigrantes trouxeram, destacamos que a língua Alemã permeava o cotidiano das pessoas nas diferentes instâncias, como os cultos, as aulas, os ornamentos das casas, os calendários, o comércio, as ruas, enfim, em todas as situações sociais. Neste sentido, é compreensível que a língua Alemã é a língua usada em todos os momentos. Para Metzler (1937, p. 3), “a língua materna acompanha o imigrante para além do oceano, narra com sons familiares as histórias carregadas de amor. Da mesma forma, acompanha-o no dia-a-dia de suas labutas, alarga horizontes, estende os braços e enriquece tanto com os tesouros quanto com perigos, que oferecem as plantas, os animais, as intempéries e a paisagem da nova pátria”. Isso significa que não há como separá-los da sua língua, uma vez que é através dela que eles se constituem como sujeitos e se identificam.

Outro exemplo da presença da língua presente na vida dos imigrantes é o uso de frases em diferentes situações. Segundo Kipper (1979, p. 20), “o costume de gravar dísticos, pensamentos, poesias ou ditados em alemão era muito comum entre os descendentes dos imigrantes, que os usavam tanto em fachadas de prédios, como em lápides tumulares, em quadros comemorativos (ANDENKEN) de datas importantes das sociedades”. Esse costume aponta para a importância dada à língua pelos imigrantes e seus descendentes em vários momentos do cotidiano da vida social. A língua estava presente em todas as relações. A sua importância era tamanha que as pessoas faziam questão que estivesse presente de modo visível em seus lares. Um exemplo típico entre os colonos são as *Wandsprüche* (provérbios colocados na parede) que enfeitavam, principalmente, as cozinhas. Estes eram, na sua maioria, bordados pelas mulheres com motivos bucólicos ou passagens da bíblia e depois emoldurados. Ademais, estes dizeres tinham outra função, além de ornamentar os lares, animar ou consolar os membros da família, era uma forma eficaz de transmissão dos valores éticos herdados. Os dizeres são usados para sentimentalmente educar as crianças, pois são de fácil compreensão e

são usados constantemente, tanto na igreja como na escola. Portanto, *Wandsprüche* além de enfeitar a parede da casa, possibilita a leitura da mensagem e, ao mesmo tempo, ela é absorvida e aplicada na vida dos imigrantes.

O recorte a seguir retrata, na prática, como as palavras da *Wandsprüche* são importantes para a educação familiar. Trata-se de uma senhora, descendente de imigrantes que chegaram ao Brasil no final do século XIX. Ela reside na cidade de Tuparendi, noroeste do Estado. A educação que recebeu ensinou-lhe a valorizar a língua Alemã e os ensinamentos religiosos:

*R6: Na parede são colocados provérbios alemães. A mãe mesma quem fez aos provérbios, assim um provérbio religioso. Eu ainda o sei: Nosso pão de cada dia, nos dá hoje. Isso era tão bonito, isso era colocado na parede e a gente sempre podia olhar, se sentava e podia ler. Isso era algo bonito*¹¹.

Pelo viés da memória, a descendente de imigrantes relembra um costume herdado dos primeiros colonos imigrantes: ornamentação da casa com panos de parede. Como já dito, além de serem enfeites simples e baratos, estes também visavam a passar valores éticos e religiosos. Sabemos que a maioria dos colonos alemães não tinha muito recursos financeiros, por isso, seus lares eram simples e, na maioria das vezes, eles mesmos confeccionavam os enfeites e plantavam muitas flores, pois não tinham recursos para comprar, como ela afirma “a própria mãe confeccionou a frase da parede” (*die Mama selbst hat die Sprüche gemacht*). Diante dessa situação, os *Wandsprüche*, bordados pelas mulheres, eram pregados nas paredes como um meio barato de enfeitar a casa e, ao mesmo tempo, um modo de educar religiosamente as crianças. Como exemplifica a fala, “nosso pão de cada dia, nos dá hoje” (*unseres tägliches Brot, gib es uns heute*), a passagem bíblica atingiu o objetivo, o de educar religiosamente, servindo de orientação para toda vida. Tornquist

¹¹*An die Wand Deutsche Sprüche angemacht. Die Mama selbst hat die Sprüche gemacht, so ein Bibelspruch. Ich weiss es noch, “Unseres tägliches Brot, gib es uns heute”. Es war so schön, es war so an die Wand angemacht und konnte immer so kucken, hat man sich hingesetzt und konnte man lesen. Das war was schönes [a tradução é nossa].*

(1997) nos lembra que Martin Lutero, em seus textos de pregação usava *Sprichwörter* (provérbios)¹². A autora nos mostra que Martin Lutero, frequentemente utilizava *Sprichwörter* (provérbios) em suas pregações, por ser uma forma eficaz e fácil de passar ensinamentos. Este mesmo costume é usado pelos imigrantes alemães para ensinar e preservar seus valores, sua religião e sua língua. Deste modo, a fé através da língua também está presente na vida dessas pessoas. Para enfatizar a fé, além de preservá-la em casa, eles oportunizaram momentos especiais, como encontros aos domingos nos cultos ou nas missas. Esses momentos são ressaltados nas falas, ao lembrar o passado e o modo de convivência, a exemplo do R6.

Portanto, às palavras estão ligados valores que compõe os sentimentos identitários dos alemães e a relação de pertencimento e de fidelidade com a sua *Heimat*. Diante desse cenário de identificação com a língua e os valores a ela ligados, perguntamos: como ficou a situação dos imigrantes alemães e seus descendentes, na época da política nacionalista, quando foram obrigados a se comunicarem na língua nacional, a língua Portuguesa? Exigiram dos imigrantes que eles falassem a Língua Portuguesa, sem lhes oferecer possibilidades mínimas de aprendizagem desse idioma. A proibição de línguas estrangeiras estendia-se a todas as pessoas, não interessava a idade, ou *status* social. Durante muitos anos, as obrigações da educação foram deixadas para os próprios imigrantes e seus descendentes, sem que o governo se preocupasse com estas questões e sem lhes garantir esse direito. Contudo, as práticas políticas governamentais não ignoraram a cobrança da proibição de qualquer língua estrangeira e a imposição da língua Portuguesa, como língua nacional do país para todos. Sabemos que nas leis persistia a ideia de construção de nação brasileira, tendo como base o uso da língua nacional e a proibição de línguas estrangeiras em território nacional, mas, ao mesmo tempo, os imigrantes e seus descendentes relutavam para manter viva a sua língua, apesar da violência a que estavam submetidos.

¹² “talvez, vocês também estejam lembrados, que Martin Lutero utilizava com frequência textos com provérbios, para se fazer compreendido na sua comunidade eclesial e também para os homens do povo” „es sei auch daran erinnert, daß Luther immer wieder in seinen Texten Sprichwörter benutzt hat, um seine Botschaft auch dem gemeinen Mann verständlicher zu machen“ (TORNQUIST, 1997, p.162) [a tradução é nossa].

Palavras Finais

A partir dessa discussão, procuramos pensar a relação entre identidade e língua na constituição dos sujeitos-imigrantes alemães. Para entendermos de que lugar social esse sujeito fala, buscamos apresentar algumas reflexões sobre a língua Alemã nas práticas sociais diárias, mostrando que ao chegar ao Brasil, o imigrante trazia consigo bagagem cultural, a exemplo, a língua alemã, que o constituía. Conforme Pêcheux (1997), a língua é necessária para que o indivíduo torne-se sujeito, dessa forma, estabelecer uma relação entre língua e identidade é perceber a materialidade da língua nas práticas sociais. Nesta ótica, a construção do processo de identificação se dá através do modo como os saberes são discursivizados e o modo como o sujeito recebe esses discursos e os responde. Dessa forma, é importante considerarmos que os imigrantes alemães já tinham elementos culturais que os identificavam e eles não queriam esquecê-los. Por isso, faziam questão de preservá-los, mesmo que tivessem que adaptá-los, conforme as condições apresentadas pela nova pátria. Entretanto, esses elementos são interseccionados pela prática política do governo varguista que institui a língua nacional e, ao mesmo tempo, proíbe as demais línguas estrangeiras. Contudo, a língua Alemã permanece viva nas práticas sociais dos sujeitos-imigrantes, como ilustra o nosso *corpus* discursivo.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *Sobre a reprodução*. Petrópolis: Vozes, 1999.

ARAÚJO, Anne Francialy da Costa. *Língua e identidade: reflexões discursivas a partir do diretório dos índios*. Maceió: EDUFAL, 2007.

AZAMBUJA, Lissi Iria Bender. *Língua Alemã: um legado dos imigrantes alemães para Santa Cruz do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

KIPPER, Maria Hoppe. *A campanha da nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz do Sul (1937 – 1945)*. Santa Cruz: Apesc, 1979.

KLEINE, Theo. Assimilierung und Spracherhaltung. *Verband der Kulturveine*, 25. Juli. Mitteilungsblatt. São Leopoldo, Rotermund, 1964, n. 36.

LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. *A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul: uma interpretação sociológica*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1981.

METZLER, Franz. *DEUTSCHES VOLKSBLATT*. Porto Alegre, 12 de janeiro de 1937. Trad. Arthur Blásio Rambo. *Deutschbrasilianische Auseinandersetzung, Sonderdruck*. Druck und Verlag: Metzler Ltda. Porto Alegre: Brasilian, 1937.

MÜLLER, Telmo Lauro. *Colônia Alemã*. Histórias e Memórias. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

RAMBO, Arthur Blásio. O teuto-brasileiro e sua identidade. In: FIORI, Neide Almeida (Org.). *Etnia e Educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres*. Florianópolis/Tubarão-SC: Editora da UFSC/Editora da UNISUL, 2003. p. 63-90.

REVISTA DO ENSINO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Vol.1. nº 2. Porto Alegre, nov. de 1939. (ano I).

WOLFF, Herbert. *PIONIERE im Lande der Gaúchos – Deutsche Ansidler im brasilianischen Urwald*. Erste Auflage. Augsburg: FDL – Verlag Ausburg, 1981.

TORNQUIST, Ingrid Margareta. *Das hon ich von meiner Mutter: zu Sprache und ethischen Konzepten unter Deutschstämmigen in Rio Grande do Sul*. Sweden: Umea, 1997.

ZANDWAIS, Ana. Saberes sobre a identidade nacional: o processo de construção de um imaginário de cidadania durante o Governo Vargas. In: FERREIRA, Maria Cristina; INDURSKY, Freda (Org.). *Análise do*

discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.

Recebido em 10 de julho de 2011

Aceito em 16 de setembro de 2011